



Certificação para fornecedores de serviços LibreOffice

A *Document Foundation* anunciou o lançamento de um programa de certificação. A oferta desse programa vem em um momento que a organização por trás do desenvolvimento conjunto de aplicativos de produtividade em código aberto LibreOffice está buscando destacar a maturidade de seu produto e fortalecer o ecossistema de provedores de serviços sobre os aplicativos.

Os planos preveem a oferta de uma série de certificados. Desenvolvedores certificados (*Certified Developers*) poderão oferecer suporte nível 3 para clientes empresariais e corrigir qualquer problema no código-fonte. Profissionais de migração certificados (*Certified Migration Professionals*) poderão coordenar o processo de migração do Microsoft Office para o LibreOffice. Profissionais de treinamento certificados (*Certified Professional Train-*

ners) poderão oferecer treinamento até mesmo para os usuários avançados de LibreOffice. Também haverá profissionais de suporte certificados (*Support Professionals*) capazes de oferecer suporte em nível 1 ou o mais demandante nível 2. Um comitê dedicado especificará os critérios precisos para várias opções de certificação.

A Document Foundation ressaltou que esse programa de certificação não pretende criar competição para os patrocinadores empresariais do LibreOffice (Red Hat, Canonical e SUSE), mesmo que esteja destinado ao ambiente corporativo. A fundação também anunciou que a criação de uma certificação para treinamento de usuários finais não está listada como uma prioridade agora, mas que pode vir a surgir como “um efeito colateral do treinamento corporativo”. ■

► Uma decisão confusa para o caso Android

O júri responsável por decidir o processo envolvendo a Oracle e o Google, sobre a violação de patentes do Java na criação do sistema Android, emitiu um veredito parcial sobre as questões da primeira parte do julgamento. Esse primeiro momento do caso diz respeito à possível violação de direitos autorais do Java (especialmente suas APIs). O juiz Willian Alsup pediu ao júri para decidir se o Google infringiu a propriedade intelectual da Oracle quando desenvolveu sua máquina virtual Dalvik. O Google negou que precisaria comprar uma licença Java da Sun (mais tarde adquirida pela Oracle) e alegou que seu uso do Java estava de acordo com o uso razoável e dentro dos limites impostos pela lei.

No veredito, o júri concordou com a Oracle, que o Google infringiu seus direitos autorais do que diz respeito ao conjunto de API. Contudo, na questão seguinte, se o uso do código feito pelo Google se caracteriza como razoável e permitido sob os termos da lei, o júri não conseguiu chegar a uma conclusão unânime. Os jurados liberaram o Google de qualquer transgressão na infração de direitos autorais da documentação Java. Outra decisão clara oferecida pelo júri foi que o Google também infringiu os direitos autorais da Oracle sobre nove linhas de código no método *rangeCheck* (código que o Google alega não ter qualquer valor e que o juiz também não considerou relevante para medir os

ganhos do infrator). Alsup comentou que além dessas nove linhas, “não havia sido encontrada nenhuma violação evidente até o momento.”

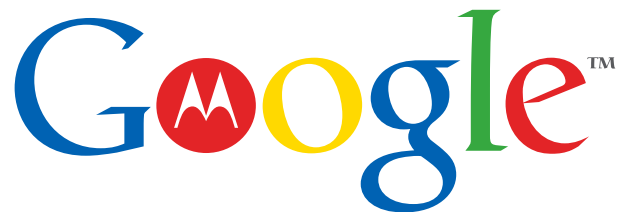
A decisão do júri foi tomada sob a presunção de que as APIs são protegidas por direitos do autor, como o próprio juiz instruiu antes de colocar as questões. Agora que o júri já declarou que considera o Google culpado de parte das violações de direitos autorais e está indeciso quanto à possibilidade de uso razoável desse mesmo conteúdo protegido, cabe ao juiz Alsup decidir se APIs de programas de computadores podem ser consideradas de forma geral passíveis de proteção. O veredito do júri somente importará se o juiz decidir se APIs devem ou não ser protegidas por direitos autorais. Apelações devem vir de ambos os lados, não importando qual será a decisão de Willian Alsup. O líder da equipe de advogados do Google, Van Nest, já apresentou uma moção de falha no julgamento (*mistrial*), devido ao fato de que o júri acreditou que seu cliente estava infringindo algo que não poderia ser infringido. O julgamento agora entra na fase das patentes. A decisão do juiz sobre a questão do direito autoral será apresentada como parte de seu veredito completo ao final dos procedimentos. Ele já indicou que uma decisão recente da Corte Européia de Justiça será levada em consideração. ■

► Google fecha aquisição da Motorola Mobility

Após meses de intensas negociações com a China, o Google finalmente anunciou a compra da Motorola Mobility, divisão da empresa para dispositivos móveis. O primeiro passo do Google foi colocar um de seus executivos para acompanhar de perto o processo. Foi assim que o CEO Sanjay Jha acabou sendo substituído por Dennis Woodside, que por sua vez supervisionou o planejamento da integração para a aquisição, tendo anteriormente atuado como presidente do Google para a região das Américas. Jha, entretanto, deverá continuar o trabalho com o Google para garantir uma transição “suave” do negócio, que foi demorado em grande parte pelo interesse do Google no portfólio de patentes da Motorola.

Woodside cercou-se de um séquito de poderosos executivos para a nova empreitada, entre eles Mark Randall (ex-VP da Amazon na área de Supply Chain), e disse em comunicado que tem por objetivo “con-

centrar-se no talento da Motorola Mobility para criar apostas ousadas em maravilhosos dispositivos a serem usados por pessoas em todo o mundo”. E não é para menos: a aposta do Google com a aquisição da Motorola Mobility é impulsionar o ecossistema Android, especialmente no promissor mercado chinês. Nada mal para Woodside, a quem é creditado um salto de receita para o Google de US\$ 10,8 bilhões a US\$ 17,5 bilhões em menos de três anos. Contudo, a aquisição levantou rumores de que as margens de lucro do Google poderiam ser impactadas. ■



► Simon Phipps é o novo presidente da OSI

A Open Source Initiative anunciou que seu conselho administrativo escolheu os novos diretores para o próximo período de um ano, e que Simon Phipps é o novo presidente da organização. A indicação foi feita durante o encontro da OSI em Chicago durante o final de semana. Phipps comentou à imprensa que “seu foco para seu ano de mandato é permitir que a organização se transforme e possa começar a cumprir o primeiro parágrafo da missão da OSI e liderado por aqueles que busca representar”. O texto citado por Phipps diz o seguinte:

“A Open Source Initiative (OSI) é uma corporação sem fins lucrativos com um escopo global formada para educar sobre e defender os benefícios do código aberto e construir pontes entre os diferentes grupos na comunidade de código aberto.”

Phipps já vem há algum tempo liderando um processo e reforma da OSI, trabalhando com o resto do conselho para abrir a organização. Esse processo que levou à criação da afiliação Open Source Initiative, que trouxe a Apache Software Foundation, FreeBSD, Eclipse,

Mozilla, Debian e Creative Commons, juntamente com outras organizações, para dentro da OSI como afiliados. “Haverão mais desenvolvimentos nesse esquema, em breve, e também teremos muito mais para anunciar em outras áreas ao longo do ano” afirmou Phipps em um email.

Phipps também foi instrumental para engajar a OSI em questões de direitos e regulações envolvendo a comunidade como a aquisição de patentes da Novell, caso em que a organização trabalhou lado a lado com a Free Software Foundation para enviar documentos para reguladores europeus e americanos.

Residente do Reino Unido, Phipps já trabalhou na IBM, onde ajudou a introduzir as tecnologias Java e XML, e na Sun Microsystems, onde se tornou o Chief Open Source Officer, e supervisionou a transição do Java e outras propriedades da Sun para licenças aprovadas pela OSI. Desde que deixou a Sun em 2010, ele tem sido um membro ativo nas comunidades de software livre e de código aberto, desempenhando papéis de ativista e defensor dessa filosofia.. ■

Para notícias sempre atualizadas e com a opinião de quem vive o mercado do Linux e do Software Livre, acesse nosso site: www.linuxmagazine.com.br